

Perdidos na selva

• A primeira semana de campanha oficial deixou o staff do Planalto e os assessores do comitê de Fernando Henrique atordoados. Para uns, é difícil se habituar a usar dois celulares ao mesmo tempo — separando as ligações de campanha das de Governo. Outros funcionários da Presidência não podem se arriscar a ir ao comitê em horário de expediente. Sem falar no pessoal da TV, que não tem idéia se pode ou não gravar no Alvorada.

Ninguém sabe nada, constatava ontem, assustado, um importante coordenador da campanha. O sentimento é de perplexidade diante do emaranhado de dispositivos legais, de instruções do TSE e, ao mesmo tempo, das lacunas que esses textos deixaram no ar na primeira campanha de reeleição do país.

A dificuldade é que alguns procedimentos são tão detalhados pela lei ou pelas instruções que beiram o ridículo. Outros, porém, não foram sequer previstos. A leitura de cabeceira dos comandantes da campanha, Eduardo Jorge e Euclides Scalco, tem sido a lei eleitoral. Mas estão longe de conseguir resolver todos os problemas que aparecem.

O grupo incumbido de produzir os programas do horário eleitoral gratuito na TV, chefiado pelo publicitário Nizan Guanaes, quebrava a cabeça esta semana com algumas dúvidas cruciais. Pode gravar no Palácio da Alvorada? Não há, na lei, qualquer proibição. Então, em tese, pode. Porém, explicitamente, o texto legal prevê o uso do Alvorada apenas para reuniões políticas, ao mesmo tempo em que proíbe qualquer atividade eleitoral no Palácio do Planalto.

Pelo sim, pelo não, Fernando Henrique, que na quinta-feira já fez um teste com a equipe dos programas, deve gravar só mesmo no estúdio, uma casa que a campanha mandou reformar no Lago Norte.

A preocupação de separar totalmente o que é Governo do que é campanha, seguindo o modelo americano, está gerando situações às vezes risíveis. Como a de um assessor do staff pessoal do presidente ter que andar permanentemente com dois celulares nos bolsos.

Embora empregado no Palácio do Planalto, esse auxiliar não pode se furtar a tratar de assuntos que esbarram na programação da campanha ou a se comunicar com o pessoal do comitê. Para isso, não pode usar o celular planaltino, com conta paga pelo Erário. As ligações de campanha têm que ser custeadas pelo comitê, reza a prudência e a experiência dos americanos.

Muitas precauções não estão mesmo previstas em lei, mas fazem parte do rol de procedimentos que o comando da campanha e o próprio Fernando Henrique tomaram emprestado depois de se informar sobre o ritual adotado na campanha do presidente Bill Clinton à reeleição. Dizem que, na campanha de Clinton, havia uma assessora que usava não apenas dois, mas três celulares, já que carregava também

seu telefone pessoal.

É tanto o temor de que os adversários encontrem e explorem na campanha uma vinculação indevida entre os mundos do candidato e do presidente que as precauções chegam a ser excessivas. Os funcionários do comitê, por exemplo, receberam orientação para não telefonar para órgãos do Governo. Uma lista de chamadas feitas para o ministério tal ou qual durante a campanha pode ser um prato cheio na mão do PT.

Há ainda muitas dúvidas que estão colocando os assessores de cabelo em pé. Por exemplo, a lei proíbe o funcionário público de comparecer ao comitê ou a atos de campanha em horário de expediente. Vale para o staff pessoal, que tem que acompanhar FH onde quer que ele vá? E quem pode ser considerado, para os padrões legais, assessor pessoal do presidente candidato à reeleição?

O outro lado da moeda também é alvo de reclamações. Em certos aspectos, a legislação eleitoral é tão detalhada, mas tão detalhada que chega a desesperar candidatos e marqueteiros. O Código Eleitoral prevê minúcias que deixam pouco espaço à criatividade. Por exemplo, há postes de diversos tipos (municipais, estaduais, de sinalização etc) e apenas em alguns é permitido afixar cartazes.

Outdoor, só depois do dia 15, mesmo assim após o sorteio dos locais de cada cidade entre os candidatos — medida por sinal justa, para que não haja favorecimento de ninguém por força do poder político ou econômico.

As dificuldades provocadas pelo ineditismo da campanha à reeleição dividem os principais assessores de FH no Planalto e no comitê. Alguns temem a Justiça Eleitoral e tentam prever cada possível questionamento dos adversários. Outros acham que o presidente não deve ter tanta preocupação assim, sob o risco de acabar imobilizado. Defendem uma dose maior de ousadia, até porque é a eleição de 1998 que vai formar jurisprudência para as próximas.

Na verdade, ao aprovar a emenda da reeleição sem prever a desincompatibilização dos ocupantes de cargos executivos, o Congresso fez mais do que quebrar uma tradição. Apagou a luz e deixou a todos tateando na escuridão — candidatos, adversários, assessores, marqueteiros, eleitores e até a Justiça Eleitoral. Luz no fim do túnel quem sabe só na eleição de 2002.